

Contra o projeto neoliberal

Argentina mostra o caminho

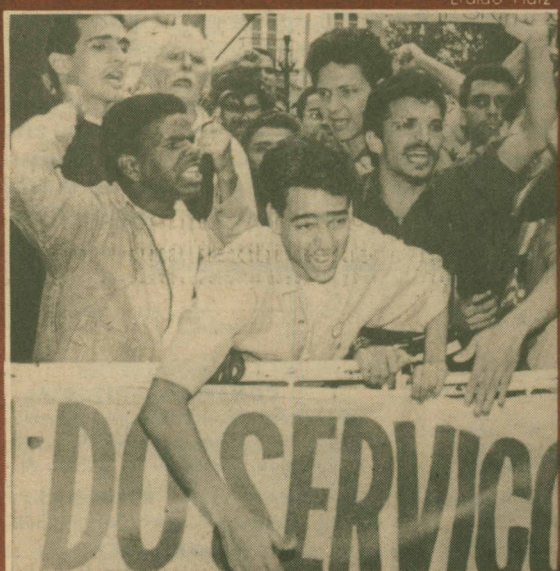
Arquivo



Wladimir Souza

Dia 26, petroleiros, bancários e servidores públicos, entre outros, farão manifestações para reivindicar melhores salários e solidarizar-se com a greve geral dos trabalhadores argentinos.

páginas 3, 8 e 12



Eraldo Platz

Juventude precisa lutar contra a ordem capitalista

páginas 6 e 7

Mulher trabalhadora faz campanha classista à prefeitura de Florianópolis

página 4

10ª Conferência Nacional da Saúde foi elitista e não teve democracia

página 9

Cortes I. Para depois das eleições, o governo federal prepara um corte violento no setor público, para reduzir o déficit. O pacote "coincidentemente" foi divulgado na imprensa uma semana depois da visita do diretor do FMI para assuntos fiscais. A primeira medida é uma lista de empresas estatais e órgãos públicos que deverão ser simplesmente extintos ou repassados para os estados. Outra medida é que o dinheiro arrecadado com as privatizações será usado integralmente para pagar a dívida pública. Quer dizer, a destruição do patrimônio e a entrega do parque produtivo estatal é o que o governo chama de reforma fiscal.

Cortes II. Mas tem mais. Através de projeto de lei ou medida provisória, FHC quer reduzir de 70% para 50% do salário, o valor a ser pago nas aposentadorias proporcionais. Em relação ao funcionalismo federal, o governo planeja livrar-se de 40 mil deles, através de um plano de demissões voluntárias e do afastamento dos que não tiverem estabilidade garantida pela Constituição. É a Reforma Administrativa entrando pela porta dos fundos.

Impostos. Enquanto o governo federal prepara estas medidas "sociais" para conter o déficit público, diminui a arrecadação federal de impostos. A redução em agosto foi de 5,28% em relação a julho. Nos oito primeiros meses do ano, a queda nominal foi de 10,35%. Quer dizer, para o governo, o patrimônio público, os servidores federais e os aposentados podem pagar a conta da tal reforma fiscal. Fazer os grandes capitalistas pagarem impostos (já que os assalariados e a classe média não têm como sonegar) e suas dívidas com a Previdência que é bom, nada.

Alemanha. Não é só aqui que os trabalhadores e mais pobres são chamados a pagar a conta. Na Alemanha, o Congresso daquele país aprovou um pacote de cortes para reduzir o déficit público que inclui a elevação para 65 anos da idade da aposentadoria e uma redução de 20% nos salários pagos aos trabalhadores em licença saúde. A reação está sendo forte. Mobilizações para protestar contra o pacote reuniram 250 mil pessoas pelas principais cidades alemãs.

Teles. A multinacional italiana Stet Internacional decidiu encabeçar um consórcio, onde estão o Bradesco e a construtora Camargo Correa, que está disputando 35% do capital votante da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT). A disputa promete ser acirrada, pois há seis outros consórcios na parada com empresas norte-americanas, japonesas, coreanas e francesas. As ações da CRT deverão ser colocadas à venda em novembro. Dessa forma, não muito discretamente, o filé mignon das estatais começa a dirigir-se para as mãos do capital internacional.

Capital. O presidente da Coreia do Sul, Kim Young-sam comunicou a FHC a intenção da indústria coreana de investir mais de US\$ 5 bilhões no Brasil, nos próximos três anos. Os capitalistas coreanos querem entrar com tudo na eletroeletrônica, na informática, indústria automobilística e na exploração dos recursos naturais do Brasil. O grupo Hyundai pretende investir US\$ 500 milhões na privatização da Companhia Vale do Rio Doce e mais US\$ 300 milhões em hidrelétricas do Mato Grosso do Sul. É isso aí, FHC. Foram eliminados 377 mil postos de trabalho desde o Plano Real, mas para o presidente, o que importa é que o país está entrando com tudo na "moderna" globalização do capital.

O QUE SE VIU

Gazeta de Alagoas



Policiais civis em greve fazem passeata no centro de Maceió, Alagoas, no último dia 12. Devido ao atraso de cinco meses nos salários, praticamente todo o funcionalismo estadual está em greve. Os policiais militares também aderiram ao protesto e 8.500 soldados mantinham-se aquartelados exigindo pelo menos o pagamento parcial dos atrasados.

O QUE SE DISSE

"Se fosse para julgar, a opinião do presidente coincidiria com a do Exército, que considera Lamarca um traidor."

Sério Amaral, porta-voz da Presidência, declara a opinião de FHC sobre a concessão de indenização aos familiares do guerrilheiro Carlos Lamarca, aprovada pela Comissão de Desaparecidos Políticos. Esse FHC, hein! Não cansa de mandar todo mundo esquecer do seu passado. No jornal O Globo, em 12/9/96.

"Eu acho que todos os brasileiros, que acompanharam de perto a evolução da vida política no Brasil, sabem o que foram a luta e a dificuldade enfrentadas pelo presidente Geisel para conter a repressão."

FHC, que conseguiu colocar o ex-presidente Ernesto Geisel ao lado daqueles que lutaram contra a ditadura para deter a repressão no país e conquistar liberdades democráticas. Que estranho! Na época, não conseguimos notar que tínhamos em Geisel um aliado. No Jornal do Brasil, em 14/9/96.

"Tenho pressa porque o tempo passa e você vai ficando cada vez mais velho. Mas hoje tenho consciência de que é preciso aumentar o leque de forças para governar este país."

Lula, que já prepara o PT para procurar aliados como Ciro Gomes e Itamar Franco às próximas eleições presidenciais em 1998. Se não der certo, sabe lá onde vai parar este leque em 2002. No jornal Folha de S.Paulo, em 16/9/96.

"Conheço vários petistas honestos, debandando: decidiram votar 16, por brio, para dizer 'não'. Com o seguinte comentário: — Do jeito que a coisa está, a próxima vai ser a campanha do 'sim senhor'. E quero esclarecer que só continuo votando no PT porque acredito que as bases do partido são melhores do que a cúpula (que não ouve as bases)."

Elaine Mattalia, professora secundária, em carta ao boletim petista Linha Direta nº 282, protesta contra a campanha do partido em São Paulo.

P S T U

◆ Nacional: Tel - 549-9699/575-6093 (SP) ◆ São Paulo (SP): Rua Nicolau de Souza Queiroz 189-Paraíso- Tel (011) 572-5416 ◆ São Bernardo do Campo (SP): Rua João Ramalho 64 - Tel (011) 756-0382 ◆ Guarulhos (SP): Rua Glaucio Souza Lima 17 Vila Augusta ◆ São José dos Campos (SP): Rua Mario Galvão 189 Centro Tel (0123) 41-2845 ◆ Rio Claro (SP): Av. 1, 1143 Centro - Tel 24-0193 ◆ Rio de Janeiro (RJ): Rua da Candelária 874º And. Tel (021) 233-7374 ◆ Niterói (RJ): Rua Marques de Caxias 87, centro ◆ Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - centro CEP 88020-001 ◆ Duque de Caxias (RJ): Rua Nunes Alves 75 Sala 602 ◆ Belo Horizonte (MG): Rua Padre Belchior, 289 Centro Tel: (031) 226-3460 ◆ Natal (RN): Av. Rio Branco 815 Centro ◆ São Luís (MA): Rua Candido Ribeiro, 441 Sala 1 Centro - (098) 232-4683 ◆ J. Pessoa (PB): (079) 231-8340 / 211-1867 ◆ Macaé (AL): Rua 13 de Maio 87 Poço ◆ Brasília (DF): SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - cep 70391-900 Tel (061) 225-7373 ◆ Goiânia (GO): (062) 229-2546 ◆ Belém: Rua Riachuelo, 134 Comércio Tel (091) 225-3042 ◆ Manaus (AM): Rua Emilio Moreira 821 Altos Centro (092) 234-7093 ◆ Recife (PE): Rua da Glória, 472 Tel (081) 231-3800 ◆ Aracaju (SE): Av. Pedro Calazans 491/sala105 CEP49010-490 ◆ Fortaleza (CE): Av. da Universidade 2333 Centro - Tel (221-3972) ◆ Porto Alegre (RS): Rua Borges de Medeiros, 549 4º andar Centro ◆ Passo Fundo (RS): Rua Teixeira Soares, 2063 ◆ São Leopoldo (RS): Rua São Caetano, 53 ◆ Teresina (PI): Rua Lizandro Nogueira 1655 sala 02 - Centro

O nosso endereço eletrônico é: sede.pstu@mandic.com.br

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81.

Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000. Impressão:

Gráfica Vannucci

CONSELHO EDITORIAL

Martiniano Cavalcanti, Junia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary, Enio Buccioni, Carlos Bauer e Edna Araújo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Mariúcha Fontana (MTb14555)

DIAGRAMAÇÃO

Inácio Marcondes Neto

Vamos às ruas no dia 26

Um recente levantamento feito pelo Ministério do Trabalho revelou que de 1990 para cá o Brasil perdeu mais de dois milhões de empregos formais. Do Plano Real para cá foram 377 mil vagas eliminadas. Enquanto isso, o governo prepara uma série de medidas para depois das eleições. Para gerar empregos? Não, para aumentar as estatísticas do desemprego. FHC quer extinguir e privatizar estatais, provocar a saída de 40 mil servidores públicos, antes mesmo de votar a Reforma Administrativa no Congresso Nacional, modificar a legislação trabalhista para precarizar ainda mais o trabalho e gerar novas... demissões.

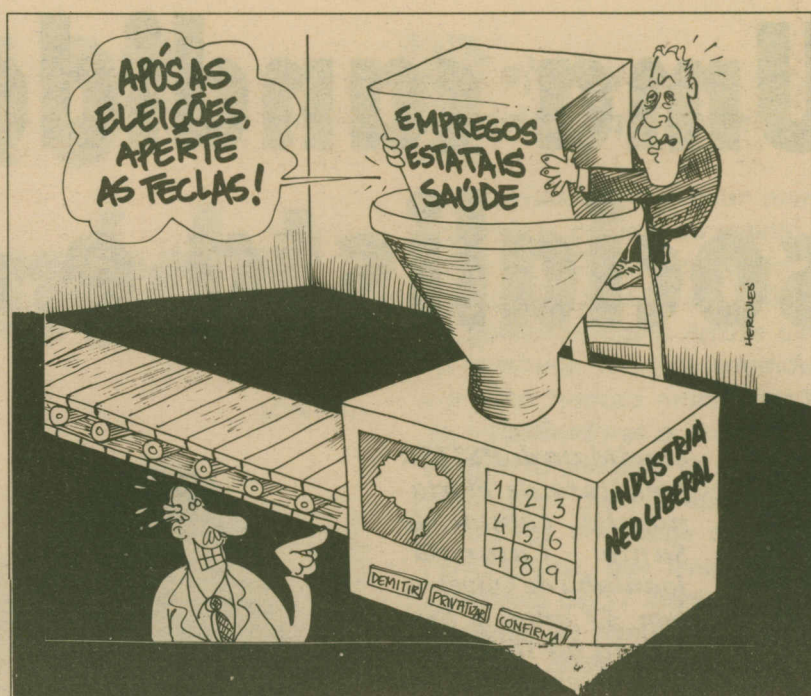
Mas a resistência à cartilha neoliberal cresce em todo o continente. No dia 26 de setembro, os trabalhadores argentinos farão uma nova greve geral — desta vez de 36 horas — contra a política econômica do governo Menem. No último dia 12, a esmagadora maioria da população argentina aderiu ao *Apagon*, quando por cinco minutos, as luzes das casas foram apagadas. Junto com isso, a população foi às ruas para protestar contra o governo. Menem insiste em arrancar os poucos direitos que os trabalhadores deste país ainda têm. É o que sobrou para atender às exigências do FMI, cujo resultado prático para o povo é uma crise social sem precedentes.

No dia 26, os trabalhadores da Argen-

tina estarão novamente dando um grande exemplo de qual é o caminho para enfrentar o projeto neoliberal. Neste mesmo dia, aqui no Brasil, metalúrgicos, petroleiros, bancários, químicos, eletricitários, trabalhadores de telecomunicações e servidores públicos estarão realizando manifestações de solidariedade aos nossos irmãos argentinos e também por salários decentes e emprego. No dia 26, os petroleiros poderão parar 24 horas, os bancários da Caixa Econômica Federal também os metalúrgicos do ABC anunciam paralisações de duas horas.

Mas, para que o dia 26 seja um êxito também no Brasil, será necessário todo o empenho do conjunto da CUT na organização destas manifestações.

É desastroso que Vicentinho tenha publicamente, desautorizado as ocupações dos prédios do Incra, realizadas pelo MST num momento em que o governo está atacando os sem-terras. Tal como no episódio da Reforma da Previdência, a postura de Vicentinho só serve para legitimar a política do governo. As ocupações de terras e de prédios do Incra são um legítimo instrumento que os sem-terras têm na luta pela reforma agrária.



O PSTU estará colocando todo o seu esforço militante para apoiar ativamente as manifestações do dia 26. A cada dia que passa, fica mais urgente a necessidade de uma jornada de luta dos trabalhadores latino-americanos contra a cartilha neoliberal e a CUT não pode se omitir dessa responsabilidade.

A luta dos trabalhadores brasileiros e argentinos estará no centro da nossa campanha eleitoral, na sua reta decisiva. Enquanto os demagogos da classe dominante pedem o voto do povo em troca de falsas promessas e demagogia, o PSTU dirá em alto e bom som que: só a luta mudará a vida!

OPINIÃO

Por um SUS estatal e universal

Mauri Antonio da Silva,

Conselheiro Estadual de Saúde em Santa Catarina

O caos do Sistema Único da Saúde, devido à política econômica criminoso do governo Fernando Henrique, que reduziu drasticamente os recursos do Orçamento para as políticas sociais, e manteve um SUS que na prática consolida os gestores (União, Estados e Municípios) como pagadores de serviços prestados pela iniciativa privada, só pode ser combatido por uma luta nacional em defesa da estatização do SUS e da garantia de financiamento por parte da União.

A descentralização das ações da saúde para os municípios, que seria interessante se acompanhada de uma reforma tributária que também descentralizasse os recursos, mostra-se na atual conjuntura como instrumento maquiavélico do Ministério da Saúde para implantar as diretrizes do projeto neoliberal: privatizar tudo, inclusive a

Saúde.

É de lamentar, a visão equivocada de setores da esquerda, em particular o PT, que apresentaram na 10ª Conferência Nacional da Saúde a bandeira de "radicalizar a descentralização". Nada mais ingênuo poderia ser proposto neste momento.

Ao nosso ver, não se pode descentralizar todos os serviços para os municípios, até porque eles se encontram falidos, pela ausência da tão necessária reforma tributária. É preciso que União e Estados continuem assegurando principalmente o funcionamento de hospitais públicos.

Ademais, um piso nacional de salários único para todos os trabalhadores do SUS, em todas as esferas de governo deve ser financiado pelo Orçamento da União. Por fim, mais de 70% dos recursos do Ministério têm sido utilizados para remunerar prestadores privados, inclusive a Clínica da qual é sócio o Dr. Jatene, ministro da Saúde; o que coloca como necessidade a estatização do sistema, com financiamento que possibilite a boa qualidade das ações em Saúde.

CARTAS

O principal inimigo

Neste atual período de eleições e com a infidelidade geral que o PT vem despertando em muitos respeitados trabalhadores de luta, por resolver trilhar um novo caminho, está comprovado a importância de apresentar outro caminho à classe trabalhadora e à nova vanguarda. O PSTU, no horário eleitoral, tem sido exemplar com a apresentação desse novo caminho, através do seu programa. Porém, faço a crítica ao *Opinião Socialista*, que várias vezes, desvia-se dessa trajetória.

O jornal nº 12 fala das esquivas feita pelos partidos que apoiam o governo (PFL, PMDB, PPB...), e como estão tentando sair ilesos de tudo isso. O partido promete dar uma dura batalha para "alertar os trabalhadores de que esses partidos são todos governo." Esta denúncia é muito importante.

Entretanto, a edição peca ao afirmar que o principal inimigo dos trabalhadores é o governo FHC. É necessário denunciar FHC e seu plano, com certeza, mas é fundamental desestereotipar as relações que ele cumpre entre as classes.

O correto é afirmar que "as demissões semanais, a luta ininterrupta pela reforma agrária e reajustes salariais reafirmam que o governo FHC, com sua política econômica e suas reformas neoliberais, é o principal agente da classe dominante que explora e mais lucra com todo esse sofrimento dos trabalhadores. E, mais, além de reafirmar o papel de FHC, confirmam que o principal inimigo dos trabalhadores é a Burguesia!"

Geraldo Barbosa da Silva
de São Bernardo do Campo (SP)

NÚMEROS

Evolução do emprego formal no Brasil*

	1991	1992	1993	1994	1995	1996 (até junho)	Total 90 a 96
Norte	-33.480	-33.444	9.362	17.688	-6.150	-1.458	-83.506
Nordeste	-48.091	-88.739	4.350	33.403	-28.188	-38.560	-216.463
Sudeste	-348.717	-438.253	70.701	169.054	-244.732	102.540	-1.290.524
Sul	-127.498	-81.484	47.130	34.972	-110.338	-16.379	-459.778
Centro-Oeste	-28.781	-6.126	22.638	19.324	-22.743	27.109	-9.690
Brasil	-578.897	-648.046	154.181	274.441	-412.151	73.252	-2.059.961

Fonte: Ministério do Trabalho

Obs: emprego formal é aquele em empresa legalmente constituída

Uma candidata de luta, socialista e corajosa

A candidata do PSTU à prefeitura de Florianópolis, capital de Santa Catarina, Joaninha de Oliveira, tem 37 anos, é professora há 16 anos, é vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação, tem uma filha de um ano e nove meses e está no nono mês de gravidez. Questionada pela imprensa local sobre como conseguia manter a campanha à prefeitura junto com a gravidez, ela respondia lembrando que as mulheres trabalham até os últimos dias antes do parto e que também por isso, a sua candidatura não abria mão de defender os direitos da mulher. Nesta entrevista, Joaninha nos fala da repercussão da sua candidatura na cidade, da sua presença nos debates e das propostas do partido para a capital catarinense.

Opinião Socialista — Primeiro, queríamos que você falasse de como foi a repercussão da sua candidatura?

Joaninha — Na verdade houve duas repercussões. A primeira, foi o que ficou conhecido aqui como a *candidatura surpresa*, porque o PSTU a lançou em 30 de junho, na véspera do encerramento do prazo de inscrição de candidatos. Foi uma novidade de última hora, que teve até charge na imprensa daqui, com este tom de a *candidata surpresa*, que não vai estar na Frente Popular com o PT e os outros partidos que a compõem.

A segunda repercussão foi causada pelo fato de eu estar já no sétimo mês de gravidez, quando foi lançada a candidatura. Quando a imprensa me perguntou sobre isso, lembrei que as mulheres trabalham normalmente até poucos dias antes do parto, por isso também defendemos os direitos da mulher, que já são poucos e estão ameaçados pelas reformas de FHC. Estas duas repercussões tiveram um resultado muito positivo na minha candidatura, que é muito respeitada. Até na imprensa ela é tratada como a candidatura socialista, corajosa e também "sonhadora".

Opinião Socialista — O que é essa Frente Popular aí em Florianópolis, que você citou?

Joaninha — É o nome da

frente que governa a cidade. Ela é composta pelo PPS que tem o prefeito atual, o Sérgio Grando, pelo PT, PDT, PSDB, PCdoB, PSB e PCB. Na disputa atual, o PSDB caiu fora da frente para apoiar a candidatura de Ângela Amin do PPB. O candidato da Frente Popular agora é do PT, o Afrânio Boppre.

Opinião Socialista — A Ângela Amin está à frente das pesquisas, você não está sofrendo muita pressão por causa desta ameaça da Frente Popular perder a prefeitura?

Joaninha — Sim, vai ter a pressão pelo voto útil, porque além da Ângela estar liderando, a Frente Popular está nas pesquisas tecnicamente empatada com os candidatos do PMDB e do PFL. A nossa candidatura apareceu com 2% dos votos na última pesquisa do Datafolha. Acontece que não faz sentido ceder a esta pressão, pois a Frente Popular não responde às reivindicações dos trabalhadores, aliás, a palavra trabalhador não existe no seu vocabulário. Não adianta o "governar para todos", fazer obras para enfeitar o centro da cidade, e falar abertamente em governar em parceria com os empresários. Enquanto isso, por exemplo, apenas 5% dos bairros pobres têm saneamento básico.

Nós estamos fazendo uma discussão de estratégia e apresentando um perfil que significa dizer que não dá para governar com os ricos, não há como derrotar os planos neoliberais sem

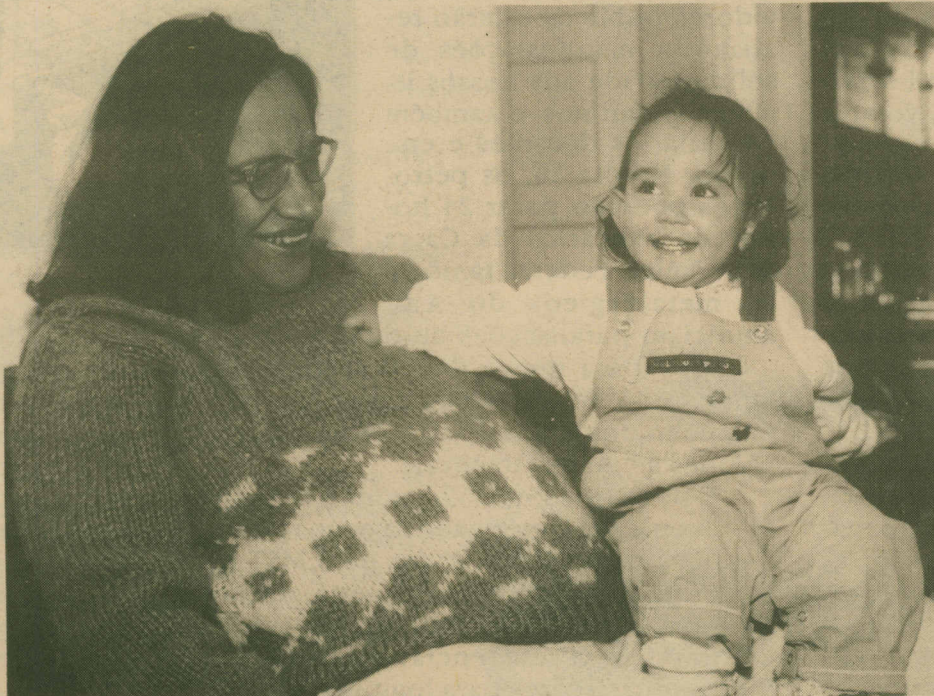
apresentar uma saída e governar para e com os trabalhadores.

Opinião Socialista — No começo da entrevista você falou da imprensa. Você está tendo espaço na mídia?

Joaninha

— Sim, tenho conseguido aparecer em vários programas. No SBT, por exemplo, temos 40 segundos por dia para falar de

Arquivo



Joaninha em intervalo de campanha, brinca com sua filha

questões temáticas, específicas da cidade. São 50 inserções no total, já gravei 35. Já participei de programas de entrevistas de 30 minutos no próprio SBT, na Record, na TV Barriga Verde, da Rede Bandeirantes e fui entrevistada no *Bom Dia Santa Catarina*, da TV Globo. Na rádio CBN temos acesso semanal para apresentar um programa para a cidade.

Opinião Socialista — E no movimento social? Você tem recebido apoios?

Joaninha — Estamos participando de vários debates em escolas públicas, universidades e em categorias como os servidores municipais. Estamos recebendo muita solidariedade e apoio também. Por exemplo, a presidente do Sindicato dos Professores de Santa Catarina, a presidente do Sindicato dos Médicos que doou R\$ 500 para a campanha e fez ainda uma assinatura solidária de R\$ 100 do

Opinião Socialista. Nossa campanha é forte na Educação, no funcionalismo público e na juventude. É bom destacar que o candidato a vice, o

Diego Sturdze, é estudante da Universidade Federal de Santa Catarina. Lançamos também quatro candidatos a vereador.

"Não queremos turismo elitizado"

Opinião Socialista — Você falou do perfil classista da candidatura. Que programa o PSTU desenvolveu para a cidade?

Joaninha — Nós partimos da defesa de um plano de obras públicas, porque o desemprego também é uma realidade aqui. Não é, claro, na mesma dimensão de cidades como São Paulo, mas existe e é grave. Além disso, esse plano poderia voltar-se para obras sociais, como a moradia popular para combater o processo de favelização de Florianópolis.

Também desenvolvemos a proposta de transporte marítimo, que resolveria o problema dos engarrafamentos, que é muito sério, além de ser um

transporte barato.

Em relação ao turismo, que é a grande característica desta cidade, estamos combatendo a política burguesa de transformar Florianópolis numa capital turística do Mercosul através de uma tremenda elitização da cidade. Não queremos essa elitização. Queremos um turismo que privilegie as colônias de férias dos trabalhadores, queremos a taxa dos grandes hotéis e investimentos nos problemas sociais da cidade. Defendemos a preservação do meio-ambiente, que também tem a ver com a solução para o grave problema da falta de saneamento básico em 95% das comunidades mais carentes.

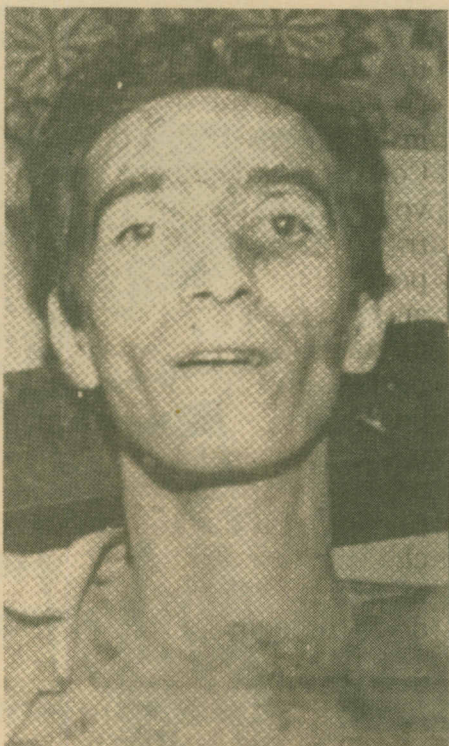
Comissão reconhece crimes da ditadura

Expedito Correia,
de São Paulo

Em decisão tomada em 11 de setembro último em Brasília, a Comissão Especial de Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça reconheceu a responsabilidade da União na morte dos guerrilheiros Carlos Lamarca, José Campos Barreto (Zequinha), seu companheiro de luta no sertão baiano e Carlos Marighella. A decisão ganha ainda mais importância por expressar uma condenação de fato à versão das mortes sustentada até então pelas Forças Armadas.

Em novembro de 1995 foi aprovada a Lei que prevê a concessão de indenização a parentes de mortos ou desaparecidos sob custódia do Estado, em dependências policiais ou assemelhadas.

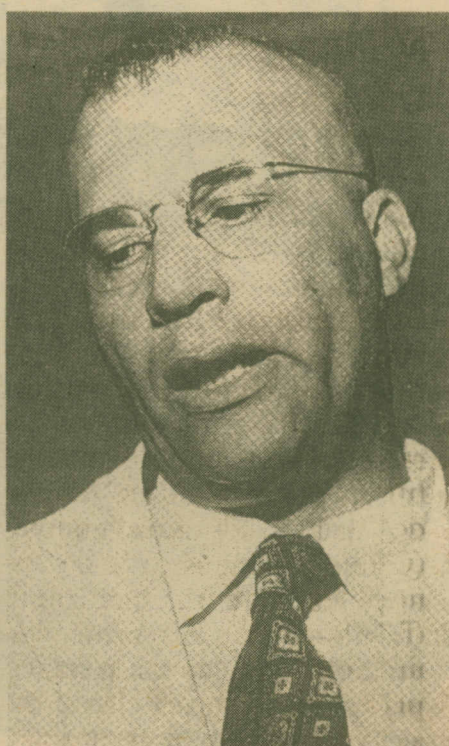
No caso de Marighella, Lamarca e Zequinha, apesar de não terem sido mortos em dependência militares (Marighella em seu carro, em São Paulo; os demais no sertão da Bahia) como caracteriza a lei, a Comissão avaliou que os três estavam sob completo domínio dos agentes de segurança, portanto sob sua custódia. No caso de Lamarca, um laudo cadavérico do IML baiano, que ficou desaparecido 25 anos, esclarece que ele recebeu sete tiros, todos de frente e segundo a trajetória das balas Lamarca estaria parado, sem oferecer risco, e não fugindo ou em tiro-



Carlos Lamarca, morto em 1971

teio, como sustenta a versão oficial dos militares comandados por Nilton Cerqueira, hoje Secretário de Segurança do Rio de Janeiro. Em relação a Marighella, os tiros a queimadura também caracterizam a execução sumária.

Os militares mais exaltados como o deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ) ou o general Nilton Cerqueira, expressaram sua posição contrária ao pagamento das indenizações, tratando o assunto das execuções de Lamarca e Marighella como "acontecimentos normais em situação de guerra interna". De que guerra falam os militares? Ora, a única guerra que havia era a do governo militar contra a socieda-



Carlos Mariguella, morto em 1969

de, usurpando o poder, reprimindo os trabalhadores, torturando, matando para continuar no poder.

Em essência, entre a "nossa" ditadura e as sangrentas ditaduras argentina e chilena, só houve diferenças quantitativas na contagem dos mortos. Falta exigir a apuração dos crimes, saber do destino dos desaparecidos e mandar para a cadeia vários ex-torturadores e agentes da repressão que andam por aí de cabeça erguida, ocupando cargos públicos. Coisa que o governo FHC não está disposto a levar adiante. Basta ver o silêncio do presidente diante das barbaridades que os militares estão dizendo.

Por isso o episódio das indenizações é só uma pequena parte da dívida que precisa ser cobrada mesmo que tarde.

Sentença da Comissão condenou versão mentirosa dos milicos

FHC, memória curta e pouca vergonha

É para lá de lamentável a postura de FHC também neste episódio. Seu governo quer nos fazer crer que entre a ditadura militar e os dias atuais não houve senão uma placida continuidade administrativa, que os militares, assim como assumiram o poder um belo dia, a seguir o devolveram candidamente a um civil.

Invocando argumentos puramente técnicos para o cumprimento da lei 9.140, o governo se exime de expressar seu julgamen-

to do regime militar, de resto posto a nu pela decisão de conceder indenizações aos mortos e desaparecidos da ditadura.

O jogo de cena é ainda mais patético já que o próprio FHC foi cassado pelo regime de exceção. Ainda assim o porta-voz da Presidência veio a público dizer que, independentemente da decisão da Comissão, para o governo, como para o Exército, nada mudou, Lamarca ainda é um traidor e desertor.



Decerto quem mudou foi FHC, que já não se lembra do tempo em que "trair" os militares que usurpavam o poder era a melhor coisa a fazer. (E.C)

Morreu Geisel, ditador convicto

Expedito Correia,
de São Paulo

Mais um capítulo da série "Falsificação da História", patrocinada pelo governo FHC e foi ao ar a partir de quinta-feira, 12 de setembro, data da morte do general Ernesto Geisel, que presidiu a ditadura militar brasileira de 1974 a 1979.

A mídia, a reboque do governo, fez o que pôde para vender a imagem do militar ponderado, que viveu a contradição de chefiar um governo de exceção sendo um democrata por índole. As manchetes de O Estado de São Paulo e O Globo falam do general que enterrou a ditadura.

Manter a ditadura

Sucessor do sanguinário general Garrastazu Médici, na verdade Geisel era um ditador convicto. Sua estratégia consistia em perpetuar o regime militar e não o contrário: fez seu sucessor, o general Figueiredo, com a firme intenção de manter o governo em mãos dos militares e fechou as duas casas do Congresso em 1977, valendo-se dos poderes arbitrários que lhe conferia o Ato Institucional nº5. Instituiu a figura do "senador biônico" para manter o controle sobre o parlamento.

Oposição foi às ruas

O grande problema para Geisel é que a população começava a não suportar mais os milicos. Após o aniquilamento físico da guerrilha no governo Médici, a resistência começava a ganhar respaldo de massa, saindo às ruas no movimento contra a carestia, no movimento estudantil, expressando-se na maciça votação na oposição nas eleições legislativas de 1974 e municipais de 1976, nos protestos contra as torturas, assassinatos e chacinas como os de Vladimir Herzog, Manuel Fiel Filho e dos membros do comitê central do PCdoB.

Geisel fez poucas concessões para garantir a sobrevivência do regime militar diante do crescimento da oposição operária e popular. Foi preciso muita luta, milhões nas ruas e mais mortes para que finalmente os brasileiros conseguissem votar para presidente somente dez anos depois do encerramento de seu governo, em 1989!

Meus inimigos estão no poder

Marcos N. Costa, o Marcão, tem 19 anos, é negro, e está no segundo ano de mecânica da Escola Técnica Getúlio Vargas, uma das principais de São Paulo. Morador do Jardim

Campanário, em Diadema, sempre precisou ajudar a sustentar a casa. Teve seu primeiro emprego aos 12 anos, em uma padaria. Entrava às 4:30 da manhã e saía às 14 horas. Antes disso, tinha uma caixa de engraxate. Dos dois irmãos mais velhos, um morreu assassinado aos 15 anos. Entre suas lembranças de infância, está uma acusação injusta de roubo feita a ele e quatro amigos, que foram espancados e torturados pela polícia militar.

A história de Marcão pode chocar muitas pessoas, mas para a grande maioria dos jovens que vivem nos bairros pobres da Grande São Paulo é uma história comum. Os jovens moradores da periferia, vivem cotidianamente a violência, o preconceito racial, o desemprego, a má qualidade de ensino. Tiveram o seu futuro roubado.

Perguntado sobre qual o principal problema que enfrenta a juventude hoje, Marcão respondeu: *"ou você não tem condição de arrumar um emprego, ou não tem condição de estudar. Se tiver condição de moradia, de estudar e de descolar um emprego, está parte resolvido, mas tem a violência. E resolver o problema da violência não é botar polícia na rua, é tirar, porque ela age diferente na periferia. Lá ela não aparece para averiguar, ver se está tudo*



bem, preservar a segurança pública".

Embora sua vida se pareça com a de muitos amigos e vizinhos, Marcão acredita que existe uma particularidade: a consciência, conseguida através da militância no movimento negro, de que a marginalização não acontece por acaso e que as coisas não precisam continuar sendo sempre assim. *"Isso me fez acordar, buscar respostas. Nessas respostas começa a crescer um sentimento de revolta, mas na maioria das pessoas isso não acontece, e elas acabam se entregando ao sistema."*

O sistema deixa poucas possibilidades de ascensão social para a juventude. Uma das formas, a

mais fácil e a mais incentivada pela hipocrisia capitalista, é o tráfico de drogas. *"O consumo de drogas é um problema pequeno perto do tráfico, porque o tráfico é uma possibilidade de trabalho que você tem, de ter uma ascensão rápida em uma sociedade em que tudo que importa é o poder e o dinheiro. É a chance de ter todas as ilusões capitalistas que os caras plantam, de não ter uma casa que goteje dentro e sim uma puta de uma casa, de ajudar a mãe ou outros parentes, porque não é legal você ver sua mãe se matando em três empregos para comer arroz, feijão e ovo. E as pessoas vêem que trabalhando não consegue isso, então tudo te empurra para o tráfico."*

"Tem gente que vai para a escola sem comer"

Quem tem que trabalhar desde cedo, muitas vezes não consegue estudar. As escolas públicas não têm recursos para oferecer um ensino de qualidade. E as escolas técnicas, que possuem um nível melhor e representam a possibilidade de um emprego mais qualificado, estão cada vez mais elitizadas. Para Douglas Pigozzi, 18, aluno de Construção Civil no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, *"a educação é péssima, não dá condições de arrumar um bom emprego nem*

de melhorar nesse mesmo emprego."

Vinicius Batista Santos, 17, estudante do Curso de Enfermagem da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, conta que *"tem gente que vai para a escola sem comer porque não tem dinheiro, ou vai um dia e não vai no outro porque não tem para a condução. O estágio em enfermagem, obrigatório, não é remunerado, e quem precisa trabalhar e não pode fazer estágio não se forma. O abandono do*

curso é um dos principais problemas. Minha turma, no primeiro ano, tinha 43 alunos, agora, no terceiro, são apenas 19."

No primeiro dia de aula, uma professora perguntou o que os alunos esperavam da escola e o que pretendiam com o curso. A resposta de Marcão foi direta: *"vim aqui porque acredito que a GV está completamente elitizada e eu vim trazer o meu povo para dentro dessa escola. Essa é uma escola pública, e nós temos o direito de estudar aqui."*

PSTU é o partido do não

Onde estão os responsáveis pelo desemprego? Os responsáveis pela violência? Os responsáveis pela fome e pela miséria? Aqueles que detonaram o ensino público?

Na propaganda eleitoral ninguém é culpado por nada. Até FHC e os candidatos de seu partido, o PSDB, estão falando que são contra o desemprego criado pelo seu próprio governo.

O PSDB de Fernando Henrique, o PPB de Maluf, o PFL de César Maia, o PTB de Andrade Vieira, o PDT de Brizola, o PSB de Miguel Arraes, estes são os responsáveis pelo desemprego, pela violência, pela miséria. São os partidos das empreiteiras e dos banqueiros. Dos empresários que demitem.

O PT, que poderia desmascarar esses partidos, optou por evitar o confronto. Temendo perder votos se fez pequeno. Virou o partido do "sim". O PCdoB, que diz defender o socialismo, faz coligações com patrões que só prejudicam essa luta. Em Porto Alegre e no Rio de Janeiro está com o PDT e no estado de São Paulo apóia candidatos do PMDB em dez cidades; do PSDB, o partido do governo, em onze municípios; e do PTB, do banqueiro Andrade Vieira, em duas cidades.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado não recua frente aos grandes partidos e aos capitalistas. Nem se coliga com os partidos dos patrões para ganhar votos. Não evitamos a luta e o confronto. Somos o partido do Não!

A juventude, que todos os dias diz não ao desemprego, à violência, à fome e a miséria, pode contar com o PSTU. Ela tem um lugar reservado em nosso partido. Um lugar para lutar contra a velha política e os velhos partidos. Um lugar para combater o capitalismo.

Arquivo



No PSTU a juventude tem voz. Em todo o país, nosso partido lançou 30 candidatos às câmaras municipais para representá-la. Em nossas candidaturas às prefeituras ela também encontrou seu espaço. Em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, nosso candidato à prefeitura é o estudante Paulo Weller. E em Santa Catarina, o candidato a vice-prefeito de Florianópolis é o estudante da Universidade Federal de Santa Catarina, Diego Sturdze.

São estudantes secundaristas e universitários que estão levantando as bandeiras do PSTU e dizendo não aos patrões, ao governo e aos velhos partidos.

Foram eles, também, que escreveram o programa do PSTU para a juventude. Reunidos em São Paulo, representantes da juventude de seis estados debateram as propostas que o PSTU deveria apresentar em sua campanha eleitoral. A reunião aprovou um programa em defesa da educação, do emprego e contra a violência. Veja aqui o programa da juventude do PSTU:

A minha escola não tem personagem... tem gente de verdade

(Legião Urbana)

As escolas públicas estão caindo aos pedaços e sendo fechadas, nas particulares mensalidades absurdas são cobradas e as escolas técnicas e universidades públicas estão sendo destruídas. O PSTU luta por um ensino público, gratuito e de qualidade, exige mais verbas para a educação, a obrigatoriedade do repasse de 18% das verbas da União para a educação e de 25% dos estados e municípios e se opõe à separação do 2º Grau do ensino técnico.

"Eu quero trabalho... em vez de escravidão"

(Legião Urbana)

Quem mais sofre com o desemprego é a juventude. Na Grande São Paulo, o desemprego é de 37% entre os jovens de 15 a 17 anos e de 21% entre os jovens de 18 a 24 anos.

Os que conseguem emprego são obrigados a trabalhar por salários mais baixos. As empresas substituem os trabalhadores demitidos por gente mais jovem e pior remunerada. O perfil médio do trabalhador contratado indica que ele tem dois anos a menos que o demitido e recebe 18% a menos (*Folha de S. Paulo*, 15/9/96). Para combater o desemprego é preciso reduzir a jornada de trabalho para 36 horas, sem reduzir o salário, e combater o trabalho precário.

"Mão na cabeça e documento"

(Titãs)

A juventude é a maior vítima da violência urbana. No Rio de Janeiro, a juventude está tão habituada a ver cadáveres nas ruas quanto os jovens de Angola, país que viveu 21 anos de guerra civil.

Pesquisa do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica dessa cidade mostrou que 91% dos estudantes já viram corpos mortos na rua. Dos 304 estudantes ouvidos, 30,9% viram al-

Se liga, contra burguês vote 16!

Wladimir Souza



Douglas Pigozzi, 18: "O que caracteriza um partido de esquerda é uma coisa mais voltada para o social. Não é porque caiu o muro que acabou o socialismo, ainda continua, e agora é que tem que defender mais, dar mais apoio. Até pela sigla, do PSTU ser socialista, eu achei legal."



Marcão, 19: "Eu sempre tive mais afinidade com o PT, mas me decepcionei muito. O PSTU hoje é o partido que eu mais simpatizo, é o que vem mais de encontro com as necessidades do meu povo."

guém sendo baleado e 21,1% tiveram parentes assassinados. O PSTU luta pelo fim da repressão à juventude e aos trabalhadores. Defendemos a desmilitarização da polícia e o controle dos trabalhadores sobre a segurança pública.

"Somos todos pretos ou quase pretos de tão pobres"

(Caetano Veloso)

A juventude negra continua sendo a mais explorada e oprimida. Tem menos empregos, recebe salários menores, seu acesso ao ensino é dificultado. Para resolver o problema racial é preciso que o povo negro una sua luta à dos trabalhadores por um governo que acabe com a exploração capitalista.

"Todo amor que houver nessa vida"

(Cazuza)

A vida sexual livre é proibida pela Igreja, punida pela lei, discriminada pelos meios de comunicação e reprimida pelas escolas. Até beijo no pátio está proibido. O PSTU defende a orientação sexual livre nas escolas, sem preconceitos; a descriminalização do aborto e a garantia de atendimento hospitalar público e gratuito; acesso a métodos contraceptivos nos postos de saúde e investimento público para programas públicos e gratuitos de prevenção e tratamento da Aids.

"Legalize já!"

(Planeta Hemp)

A burguesia tem uma posição totalmente hipócrita sobre o problema das drogas. Legaliza o álcool, o tabaco e as anfetaminas. Mas incrimina outras como a maconha e a coca. A proibição das drogas contribui para o aumento da violência e dos lucros dos traficantes. O PSTU defende a descriminalização do uso das drogas. Usuário não é criminoso.

Petroleiros preparam manifestações no dia 26

Eraldo Platz

Clara Paulino,
da redação

A campanha salarial dos petroleiros, que tradicionalmente ocorre no mês de setembro, entrou num impasse. A direção da Petrobrás, com o aval do governo federal, resolveu jogar pesado contra as reivindicações da categoria. Enquanto os petroleiros reivindicam 41,39% de reposição salarial e reintegração dos demitidos, a direção da estatal faz uma contraproposta provocativa de 8,8% e nada mais.

À atitude da Petrobrás motivou a paralisação da Reduc,

em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, no último dia 10. Os petroleiros pararam a refinaria durante uma hora e aprovaram indicativo de greve, caso a Petrobrás não melhore a contraproposta. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) está orientando a categoria para que no dia 26 de setembro, quando os trabalhadores argentinos farão nova greve geral, paralise as atividades por 24 horas.

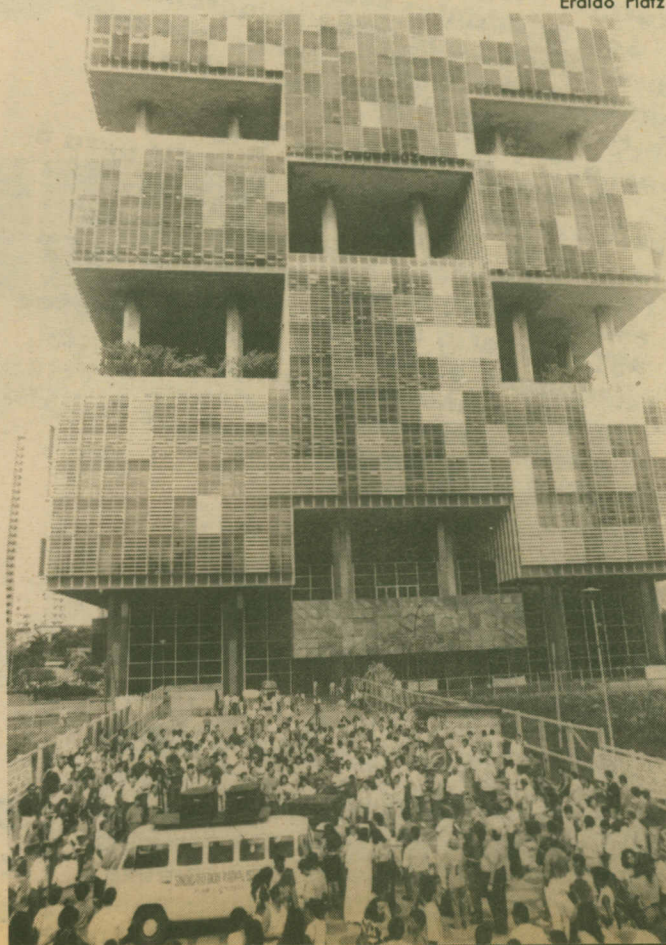
Segundo o superintendente de Recursos Humanos da Petrobrás, José Lima de Andrade Neto, o reajuste de 8,8% é o máximo que a empresa pode oferecer sem ter que reajustar os combustíveis. Ele declarou

nos principais jornais do país que a empresa "não aceita discutir reajuste com base em inflação passada, mas sim projetando custos futuros".

No entanto, durante o último ano os petroleiros não tiveram nenhum reajuste salarial. Mas o governo aumentou em quase 40% o gás de cozinha. Além disso, no primeiro semestre deste ano, a Petrobrás teve um lucro líquido de R\$ 303 milhões. A estatal também tem US\$ 400 milhões para emprestar à Bolívia, que garantirá a construção de um gasoduto entre a Bolívia e o Brasil e que só privilegiará os setores privados que estão adquirindo as termoeletricas brasileiras. Recentemente, o governo FHC encomendou uma pesquisa de opinião pública onde se concluiu que os pesquisados desejavam sua reeleição. A pesquisa também foi financiada pela Petrobrás.

Dados do jornal *o Estado de S. Paulo* de 15 de setembro ilustram que a Petrobrás investirá pesado na prospecção de jazidas, que deverá consumir R\$ 408 milhões. Ela também deverá aplicar R\$ 819 milhões na extração e beneficiamento de petróleo.

O diretor da FUP, Averaldo Menezes Almeida, explica que a Petrobrás tem dinheiro para



Proposta da Petrobrás não atende a categoria

atender as reivindicações econômicas dos petroleiros. Para ele, o que está por detrás da postura inflexível da direção da estatal é o fato desta estar aliada aos interesses do governo para tentar destruir a empresa. "Hoje, os maiores defensores da Petrobrás são seus empregados. O governo pretende destruir as condições trabalhistas conquistadas pelos petroleiros, para tentar se ver livre daqueles que mais resistem à entrega da empresa ao capital privado", esclarece.

No momento em que fechávamos a edição deste jornal, os 21 sindicatos de petroleiros do país, que representam cerca de 45 mil trabalhadores, realizavam assembléias para decidir os rumos da campanha.

Governo tenta destruir conquistas

Desde 1994, os petroleiros se recusam a assinar acordos coletivos que não garantam conquistas trabalhistas adquiridas em anos anteriores. A intransigência da direção da estatal motivou uma greve no final de 1994. Ela foi encerrada com a assinatura de um acordo entre a categoria, a direção da empresa e o governo Itamar que previa a manutenção de cláusulas sociais. Essa paralisação gerou a demissão de 12 líderes sindicais.

No entanto, com a troca do governo Itamar para o de FHC, a direção da Petrobrás não cumpriu o acordo. Seu descumprimento motivou a greve de maio de 1995, que durou 30 dias.

O governo mandou o exército com seus tanques ocupar as refinarias. Ele também se valeu do Tribunal Superior do Trabalho (TST) para impor uma multa diária de R\$ 100 mil aos sindicatos, caso não terminassem a greve. Os sindicatos não se renderam à decisão do TST e hoje acumulam uma multa de quase R\$ 50 milhões. Como é impossível pagar esta multa, o próprio TST se encarregou de bloquear as contas bancárias e penhorar os bens das entidades sindicais.

Em setembro de 1995, novamente o acordo coletivo não foi assinado, mas a Petrobrás reajustou os salários de seus empregados em 29,8%. Índice que ela própria decidiu. (C.P.)

MOVIMENTO

Campanhas salariais esquentam os motores

No próximo dia 26, várias manifestações em solidariedade à greve geral na Argentina serão realizadas diante dos consulados argentinos. Nesse dia, os trabalhadores brasileiros que estão em campanha salarial neste semestre, como bancários, metalúrgicos, trabalhadores do setor de telecomunicação e eletricitários, também estarão realizando ações pelas suas reivindicações.

Depois que a direção da

Petrobrás fez a provocativa contraproposta de 8,8% de aumento salarial aos petroleiros, a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) entrou na onda e ofereceu 8% de reajuste aos bancários. A categoria reivindica 21% para repor a inflação e 6,7% de produtividade.

Apesar de terem lucrado, entre janeiro e março deste ano, mais de meio bilhão de reais (*Folha Bancária de 26/6*), os dez

maiores bancos do país, que ditam as regras na Fenaban, se recusam a atender as reivindicações dos bancários. Hoje, o piso salarial de um caixa é de R\$ 580. No dia 26 de setembro, os bancários de bancos privados farão manifestações por locais de trabalho e os bancários da Caixa Econômica Federal aprovaram paralisação de 24 horas.

Já os metalúrgicos do ABC esquentarão os motores da campanha salarial de novembro, reali-

zando, no dia 26, greve de duas horas, também em solidariedade aos trabalhadores argentinos.

Segundo o diretor da CUT e militante do **Movimento por uma Tendência Socialista**, Dirceu Travesso, o dia 26 pode representar uma etapa importante para quebrar a intransigência do governo e dos patrões. "Por isso é necessário que em todas as categorias sejam preparadas manifestações para essa data", orienta. (C.P.)

Elitismo marcou 10ª Conferência de Saúde

Leôncio Tenório,
diretor do Sindicato dos
Trabalhadores da Saúde de Pernambuco

De 2 a 6 de setembro, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães em Brasília, ocorreu a 10ª Conferência Nacional de Saúde, fórum político paritário de máxima deliberação sobre os rumos da Saúde no país. Segundo as diretrizes do SUS, as Conferências, bem como os Conselhos, devem se constituir seguindo uma proporção de 50% de usuários, 25% de trabalhadores do Sistema e 25% de gestores e patrões da rede privada.

Em torno de 1.400 delegados de todo o país estiveram presentes trazendo variadas experiências, propostas e reivindicações. De um lado, os representantes dos trabalhadores em saúde e usuários reivindicando mais verbas, mais controle social, exigindo punição para os fraudadores do SUS e impostos sobre as grandes fortunas e planos privados de saúde. De outro lado, os representantes dos donos de hospitais e clínicas particulares, ao lado das gestoras, pedindo apoio para as reformas constitucionais de FHC, apoiando a CPMF de Jatene e lutando pela garantia da participação "complementar" da rede privada ao SUS. Destacaram-se pela empolgação e organização as verdadeiras caravanas de observadores (em torno de 1.500), representando entidades populares, sindicais e ONG's que não mediram esforços para garantir sua voz na Conferência.

Mas as expectativas dos milhares de delegados e observa-

Coordenação do evento manipulou debates e atuação dos delegados

dores que representavam os trabalhadores e usuários do Sistema de Saúde esbarraram na total falta de democracia e nas manipulações da coordenação da Conferência. Mesmo sob os protestos organizados pela delegação de usuários do Rio de Janeiro e de parte considerável da plenária, a coordenação negou-se a colocar para apreciação do plenário o regimento interno da Conferência que, entre outras coisas, limitava o direito à voz dos delegados e impedia os observadores de falar. Assim se desenrolou toda a Conferência, com um regimento pré-estabelecido.

Nas mesas oficiais diante de todos os delegados e observadores, "especialistas" e gestores (prefeitos, governadores e secretários) falavam por até três horas seguidas, de modo que não

restava tempo para os delegados debaterem. Nos painéis e mesas complementares não era permitido que a platéia se expressasse.

A maior expressão da falta de democracia e do caráter elitista da 10ª Conferência Nacional de Saúde ficou por conta da plenária final. Num acordo prévio (sem o conhecimento dos delegados) entre a direção majoritária da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço de Saúde da CUT (CNTSS), prefeitos, secretários de Saúde e o Ministério da Saúde, ficou estabelecido que o relatório final, fruto da rica discussão nos grupos, não seria lido em plenário e que seriam previamente definidos pela coordenação os pontos a serem debatidos pelos delegados. Desse modo, a redação de todo o relatório final da 10ª Conferência Nacional de Saúde ficou entregue ao bel-prazer da coordenação do evento.

Representantes do governo foram expulsos

Mesmo toda a estrutura e dinâmica da Conferência estando voltada para os "especialistas", prefeitos e secretários, a revolta dos trabalhadores se fez sentir no protesto realizado durante a mesa complementar de debate onde se esperava a presença da primeira dama, Ruth Cardoso e dos ministros Antonio Kandir, Pedro Malan e Gustavo Krause. Ao ser anunciado que os convidados "ilustres" não compareceriam, a platéia, numa explosão de revolta, de-

cidiu substituir a mesa debatedora e expulsar os debatedores que substituiriam a primeira-dama e os ministros.

Em meio a palavras-de-ordem e gritos de protesto foi instaurada uma mesa composta por trabalhadores e estudantes. A previdenciária Marcia, do Sindicato dos Previdenciários do Rio de Janeiro e militante do PSTU, afirmou que "nesse momento, pela primeira vez, essa conferência passa a ser uma conferência

dos trabalhadores".

Foi organizado um ato de protesto em frente ao Palácio do governo, que contou com a presença de mil delegados trabalhadores e usuários. Ficava evidente que os trabalhadores não foram à 10ª Conferência Nacional de Saúde ouvir "especialistas", governadores ou secretários, mas para tomar uma firme posição contra o governo FHC e por mais verbas e controle social para a saúde pública. (L.S.)

CUT ajudou ministro da Saúde

Convidado para falar numa das mesas oficiais do evento sobre o "SUS que deu certo", o petista e secretário da Saúde do governo Miguel Arraes de Pernambuco foi surpreendido por uma ruidosa manifestação de trabalhadores e usuários do Estado. O protesto foi organizado pelo Sindicato dos Servidores da Saúde de Pernambuco, que lembrava ao secretário as 57 mortes na tragédia da hemodiálise em Caruaru, onde ninguém até agora foi responsabilizado e o governo Arraes nega-se a prestar qualquer assistência aos familiares das vítimas.

Diante do "incidente", representantes do Ministério da Saúde exigiram que a CUT se posicionasse.

Vergonhosamente, o próprio presidente da CNTSS-CUT pediu a palavra e declarou que a CUT e a CNTSS, além de rechaçarem a manifestação do Sindicato de Pernambuco, apoiavam o ministro Adib Jatene e o secretário Jarbas Barbosa.

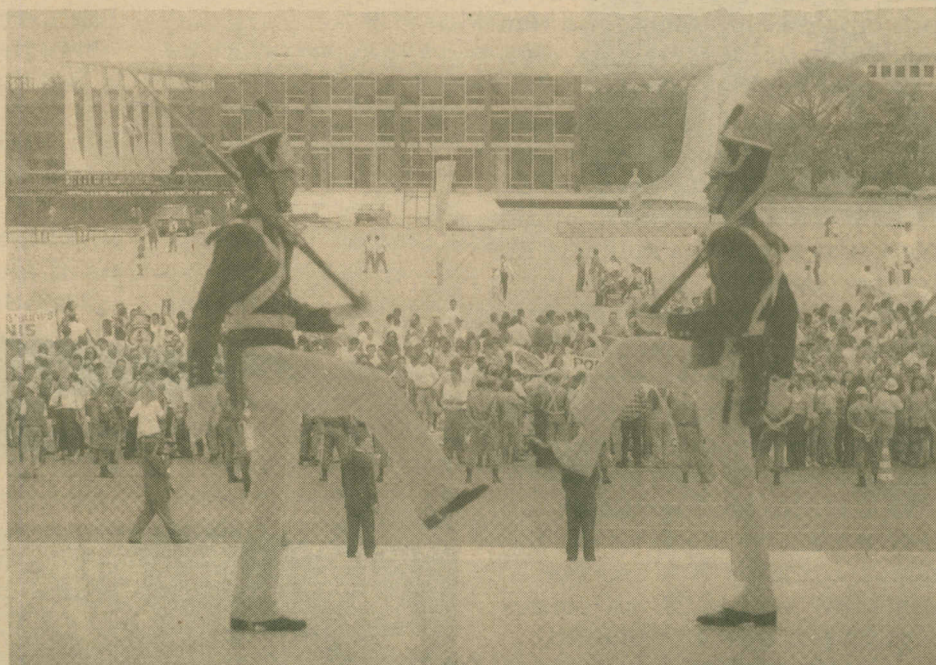
PSTU marcou presença

Isso numa platéia repleta de donos de hospitais, prefeitos e secretários estaduais. Na verdade, a CUT tentou a todo momento desvincular Jatene do governo FHC e declarou apoio à CPMF, ajudando assim a Conferência a referendar o imposto do ministro da Saúde.

O PSTU marcou presença na 10ª Conferência Nacional de Saúde denunciando o SUS de FHC e Jatene e defendendo um sistema de saúde totalmente público, controlado por conselhos autônomos de trabalhadores e usuários.

Mulheres saíram perdendo

Aproveitando-se da timidez da direção da CUT na defesa da descriminalização e legalização do aborto, a representação da Igreja Católica garantiu a aprovação de uma resolução contrária à legalização do aborto. Numa votação apertada e duvidosa, a 10ª Conferência selou o destino de milhares de mulheres trabalhadoras para os próximos quatro anos. Os principais líderes da CNTSS-CUT negaram-se a tomar a defesa da legalização do aborto. Os representantes da Igreja, com gritos e vaias, impediam de falar os delegados que queriam defender este direito da mulher.



Servidores da Saúde protestaram em Brasília durante Conferência

Estados Unidos ameaçam novo ataque ao Iraque

Wilson H. da Silva,
da redação

Atensão no Golfo Pérsico continua. Na terça-feira, dia 11 de setembro, uma semana após bombardear o território iraquiano com mais de 40 mísseis, o governo norte-americano enviou um número não definido de bombardeiros e aviões de caça para o Golfo Pérsico, prometendo realizar um novo ataque ao Iraque para, nas palavras do Secretário de Defesa dos Estados Unidos, deixar claro para Saddam Hussein que eles "não estão brincando".

Juntamente com os aviões foram enviados mais 5 mil soldados, um submarino nuclear e vários porta-aviões. Através dessa ameaça Clinton quer forçar os iraquianos a aceitar a nova "zona de exclusão", confiscada do ter-

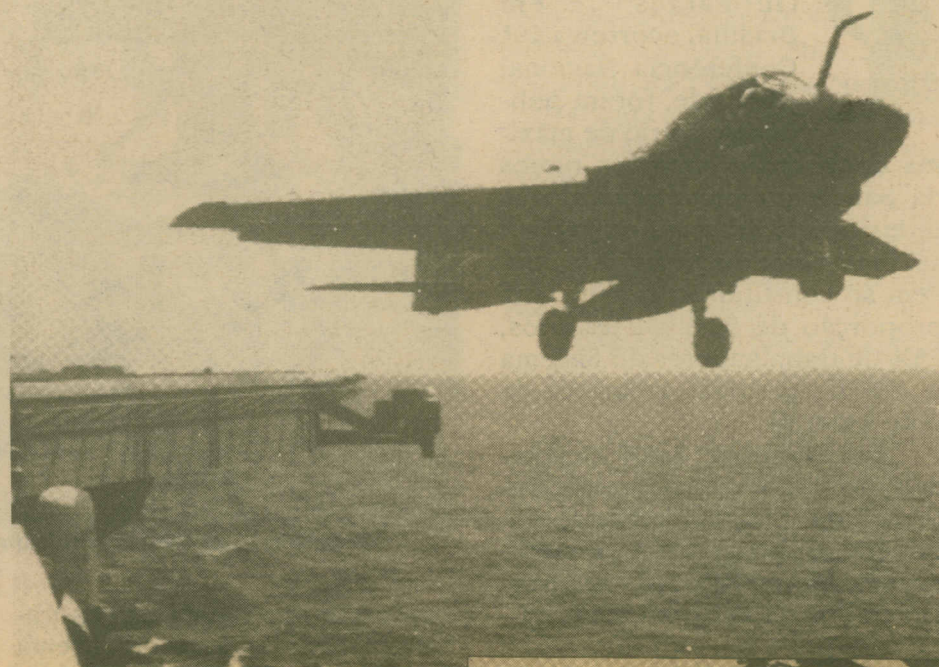
ritório do país após um bombardeio do dia 4 de setembro, e, principalmente, manter-se em evidência às vésperas da eleição presidencial.

Ao mesmo tempo, representantes de Clinton estão percorrendo a Europa e os países do Oriente Médio, buscando apoio para suas aventuras militares no Iraque. Saddam, por sua vez, anunciou a intenção de suspender qualquer ação militar.

Enquanto isso, aumenta o sofrimento do povo curdo. No mesmo dia em que Clinton fez sua ameaça, 5 mil curdos que vivem no Iraque fugiram para o lado do Irã, temendo novos ataques e conflitos. Nos dias que se seguiram, outros 25 mil curdos seguiram o mesmo caminho.

Nesta página reproduzimos uma declaração da **Liga Internacional dos Trabalhadores (Quarta Internacional)**, organização com a qual o **PSTU** mantém relações fraternais.

Stéphanie McGeher



Ataque norte-americano usou defesa dos curdos como pretexto

Abaixo a agressão militar imperialista

O governo dos Estados Unidos voltou a atacar o Iraque. Os bombardeios e mísseis lançados, segundo o presidente Clinton, "*cumpriram seu objetivo*". No entanto, até o momento ainda não está claro se esta é uma ação limitada ou o começo de uma nova escalada.

Como já fez na Somália, no Haiti e no Panamá, sob o pretexto da "*defesa da civilização e da democracia*" contra uma ditadura bárbara, o imperialismo norte-americano exerce seu papel de polícia mundial.

Uma vez mais os Estados Unidos exercem seu direito à "extra-territorialidade", e atuam como e quando querem, conferindo a si próprios o papel de defensor mundial da "democracia".

O governo norte-americano e as demais potências imperialistas estabeleceram um *status* militar na região desde o final da guerra contra o Iraque, depois que os "democratas" haviam matado cerca de 85 mil iraquianos na guerra de 1990/91. A "zona de exclusão" e o embargo imposto ao Iraque, que agravam a miséria do povo iraquiano, foram aprovados por todos esses "democratas", defensores dos "direitos do povo", como também foram avalizados pela ONU.

Desta vez, o pretexto utilizado é a agressão das tropas iraquianas aos curdos. As tropas de Saddam Hussein tomaram a cidade de Arbil, no norte do Iraque, para dar apoio à "fração curda" pró-iraquiana, diante do avanço da guerrilha. E, uma vez mais, a repressão caiu sobre o povo curdo.

Mas associar a intervenção militar à defesa do povo curdo é um ato de cinismo bárbaro. O "compromisso" do governo norte-americano com os direitos dos povos é bastante conhecido. Provas disto foram dadas no Vietnã, Chile, Cuba, Somália, Haiti, Panamá, Grã-nada... Mas, apenas para recordar fatos muito mais recentes, perguntamos: onde estava o compromisso de Clinton com os direitos democráticos e a soberania dos povos na Chechênia?

O povo curdo vem lutando desde tempos imemoriais por seu direito de existir como nação soberana e independente. Se hoje o povo curdo está dividido e espalhado em quatro países (Turquia, Irã, Iraque e Síria), isso se deve às divisões artificiais que as potências

imperialistas — em particular o imperialismo inglês — traçaram sobre o mapa da região com uma régua. Os Estados Unidos e as demais potências sempre apoiaram esta partilha arbitrária, que negava ao povo curdo o direito de existir como nação soberana.

Mas, para quem tanto fala sobre a defesa dos curdos, não se explica por que não se disse uma única palavra contra o governo turco. A repressão mais brutal contra o povo curdo é praticada em solo turco. No mesmo dia em que Clinton ordenava o bombardeio do Iraque, para esse povo oprimido, o exército turco matou 42 guerrilheiros curdos.

As intervenções militares imperialistas, longe de significarem sequer um mínimo apoio ao povo curdo, são, pelo contrário, intervenções a serviço da legitimação do atual *status*, o mesmo que nega a existência de um Curdistão soberano.

A intervenção, ao invés de debilitar Saddam Hussein e dissuadi-lo de continuar a repressão contra os curdos, serve de pretexto para que ele

militarize ainda mais a sociedade iraquiana, para incrementar a repressão sobre a oposição e para legitimar sua ditadura, colocando-se à frente do legítimo repúdio do povo iraquiano às agressões imperialistas.

Para além de todos argumentos cínicos, a intervenção norte-americana se explica pela defesa desse *status* militar na região. Mas, neste momento, ela se explica fundamentalmente pela campanha eleitoral norte-americana, na qual há muito em jogo para que Clinton renuncie da possibilidade de alentar, em seu favor, o chauvinismo nacional ianque.

Intervenção militar não é para defender direitos do povo curdo

- Abaixo a agressão militar imperialista ao Iraque!
- Abaixo o bloqueio e a zona de exclusão!
- Fim de toda repressão ao povo curdo e liberdade a seus presos!
- Fora as tropas iraquianas de Arbil!
- Todo apoio à luta do povo curdo!
- Em defesa da integridade territorial, por um Curdistão soberano!

Faltam 15 dias! Vamos organizar a boca-de-urna!

**Operário doa
R\$ 500 ao PSTU**

Faltam cerca de 15 dias para as eleições. É hora de preparar para valer a boca-de-urna do PSTU. Boca de urna não é só no dia 3. Antes disso, nestas duas semanas, junto com as panfletagens nos locais de trabalho, estudo e moradia, precisamos organizar todos aqueles que apoiam nossos candidatos, levando já os materiais de boca-de-urna.

Em cada cidade onde lançamos candidatos, faremos atos, festas ou plenárias de encerramento da campanha, para reunir todos aqueles que participaram conosco desta campanha eleitoral. Nessas ocasiões também estaremos organizando aqueles que de alguma forma vão nos ajudar na reta final da campanha e no dia da eleição.

Não podemos perder nenhuma oportunidade de listar e organizar as pessoas. Por



Marlene Ferreira

exemplo, dia 26 de setembro, o PSTU estará presente nos atos de solidariedade à greve geral na Argentina; estaremos nas manifestações de petroleiros, bancários e servidores públicos por

reajustes salariais. Nessas ocasiões, não devemos deixar de entregar nossos materiais de campanha e propor aos que simpatizarem com os nossos candidatos que nos ajudem na boca de urna ou que, pelo menos, levem o material para seu bairro ou local de trabalho.

Você que é nosso leitor e nos acompanhou durante esta campanha, está convidado a nos ajudar nessa reta final. Passe em uma de nossas sedes ou telefone e veja como você pode contribuir. Toda forma de ajuda é importante, pois só podemos contar com o seu apoio para que mais e mais trabalhadores e jovens conheçam nossas propostas.

No dia 3 de outubro, junte-se a nós e grite: contra burgues, vote 16!

Mesmo com dificuldades, a campanha eleitoral do PSTU à prefeitura de Franco da Rocha, município da Grande São Paulo tem conseguido muito apoio entre os trabalhadores e a juventude da cidade. Um operário metalúrgico procurou o candidato a prefeito pelo partido, Antonio Donizetti, para doar R\$ 500 à campanha. Ele afirmou: "estou doando este dinheiro para ajudar, porque confio no PSTU e sei que é um partido que defende a luta dos trabalhadores."

Em Franco da Rocha, além dos candidatos majoritários, a chapa do PSTU tem quatro candidatos a vereador. As dificuldades de fazer uma campanha eleitoral, independente política e financeiramente dos patrões, são enormes. Todos os gastos estão sendo financiados pelos simpatizantes e militantes através de rifas, festas e doações individuais.

O gesto do companheiro nos deixou muito sensibilizados e agradecidos. Sabemos o quanto custa a um trabalhador doar R\$ 500 de seu arrocado salário. É muito importante para nós, saber que as propostas políticas que temos, estão encontrando apoio na classe trabalhadora e que nestas eleições, não existe apenas espaço para as mentiras e demagogias dos candidatos burgueses.

Debates reúnem ativistas em Natal

O PSTU em Natal, no Rio Grande do Norte, está promovendo debates toda semana, na sede do partido, para apresentar o programa e os seus candidatos às eleições.

Os debates têm reunido trabalhadores da educação, bancários, funcionários públicos, estudantes e muitas outras pessoas que têm conhecido o partido pela TV, rádio

ou pelo contato direto com os nossos candidatos. Já foram feitos dois debates com mais de 50 pessoas.

Esta é uma ótima atividade, pois serve para divulgar nossas posições e o nosso programa. Dessa forma, aproximamos novos companheiros que podem nos ajudar na campanha eleitoral e em outras atividades que o PSTU venha a promover.

Assine o

Opinião

SOCIALISTA

Envie este cupom para: Rua Jorge Tibiriça, 238 -
Saúde - São Paulo - SP - CEP: 04126-000

Nome completo

Endereço

Cidade

UF

CEP

Semestral (24 EXEMPLARES)

- ☐ 1 parcela de R\$ 25,00
☐ 2 parcelas de R\$ 12,50
☐ 3 parcelas de R\$ 8,40
☐ Solidária R\$ _____

Anual (48 EXEMPLARES)

- ☐ 1 parcela de R\$ 50,00
☐ 2 parcelas de R\$ 25,00
☐ 3 parcelas de R\$ 16,70
☐ Solidária R\$ _____

Mapa das assinaturas até 13/9/96 (em números)



TOTAL: 3.870

São Paulo (interior): ABC (120), São José (184), Barra Bonita (3), Santos (12), São José do Rio Preto (30), Bauru (55), Araraquara (2), Ribeirão Preto (23), Campinas (54), São Carlos (14), Rio Claro (12), Guarulhos (33), Jundiaí (10), Equipe do jornal (27) RJ (interior): Baixada (2) Volta Redonda (5) Friburgo (5) Rio Grande do Sul (interior): Rio Grande (1) Passo Fundo (101), São Leopoldo (81), Santa Maria (11) Alegrete (3) Minas Gerais (interior): J. Monlevade (1) Timóteo (21), Ouro Preto (9), S.J. Del Rei (8), Juiz de Fora (32) Paraná (interior): Foz (1) Maringá (13) Ceará (interior): Barbalha (3) Juazeiro (31) Bahia (interior): Feira de Santana (2) Alagoinhas (18) Mato Grosso do Sul (interior): Corumbá (6). Paraíba: Campina Grande (1) Santa Catarina (interior): Itajaí (3)

Greve geral no dia 26 vai agitar a Argentina

Estela Maris e Jonas Potiguar,
da redação

O "apagón" (blecaute) realizado no último dia 12 de setembro foi generalizado em toda a Argentina e foi um importante passo na mobilização do conjunto da população contra o governo Menem. Segundo o jornal argentino *Página 12*, o consumo de energia elétrica caiu 40% na capital e na Grande Buenos Aires. Mais de 80% das casas apagaram as luzes e muitas empresas também o fizeram. Buenos Aires ficou no escuro durante cinco minutos. O protesto foi acompanhado por "panelaços" nas ruas dos diferentes bairros e "buzinaços". Setores governistas tentaram fazer uma mobilização na Praça de Maio chamada de "alumbrón" (iluminar). Mas foi um fracasso completo.

A oposição burguesa — Frente País Solidário (Frepaço) e a União Cívica Radical (UCR) — tentam capitalizar o "apagón", desviando essas lutas para a via eleitoral. Por exemplo, Chacho Alvares (líder da Frepaço) anunciou no domingo: *"É muito importante que Menem termine seu mandato. Há que construir um novo consenso, que permita ao governo governar*

Manifestações no Brasil vão se solidarizar à greve geral argentina



Manifestação durante a última greve geral em 8 de agosto.

durante estes três anos." (*Página 12*, 15/9/96). Os dirigentes de oposição (o que inclui a burocracia sindical) não pretendem derrubar o plano neoliberal e o governo Menem, mas apenas aplicar um plano mais "humanizado", garantindo a governabilidade e jogando todas as esperanças nas eleições de 1997.

O sucesso do "apagón" é expressão do repúdio ao plano e ao governo, que vem se expressando desde os levantes provinciais e passou pela greve geral de 8 de agosto. Estas ações foram o prelúdio da nova

greve geral de 36 horas que se prepara para o dia 26. **A continuidade da mobilização operária e popular é o único caminho para derrubar o plano e o governo Menem, expulsar o FMI e impor um governo e um plano dos trabalhadores.**

Os líderes da CGT acertaram com o Congresso dos Trabalhadores Argentinos (CTA), a convocação da greve geral de 26 e 27 de setembro, contra o ajuste e à reforma trabalhista. A greve também será com mobilização na Praça de Maio. No dia 26 de setembro, os trabalhadores do Brasil também irão às ruas para rechaçar a política de FHC e nos solidarizarmos com a greve na Argentina.

Liberdade para os presos políticos!

No dia 16 de agosto, Luís Esteche, Guillermo Caviara e Leonardo del Grosso, membros do Movimento de Unidade Popular Quebracho (organização estudantil de esquerda), foram presos. Mais uma vez o governo prende os ativistas para amedrontar os que lutam.

A mobilização contra a repressão e perseguição política na Argentina merece toda a nossa solidariedade. Os três jovens de Quebracho e Basílio Estrada — lutador dos desempregados de Neuquen — se somam aos presos políticos Horacio Panario, Alcides Christiansen e Oscar Martinez, todos militantes do Movimento Ao Socialismo (MAS), partido irmão do PSTU.

A necessidade de unificar as lutas do Brasil, Argentina e em toda a América Latina contra a aplicação dos planos neoliberais também significa lutar contra uma das ferramentas que os governos usam para aplicá-los: a repressão e a perseguição política. (E.M. e J.P.)

Lutas mudam situação política no país

Com as lutas, mobilizações, "apagones" e greves dos últimos meses, a credibilidade de Menem foi por água abaixo (9%, segundo as pesquisas). O repúdio dos trabalhadores demonstra que acabaram as ilusões no modelo e no governo que o aplica.

Lá, em nome da estabilidade econômica, foram privatizadas quase todas as estatais. O mercado foi aberto para as grandes transnacionais, levando à falência setores inteiros da indústria nacional. O governo atacou o salário, a aposentadoria. Foi aplicada uma brutal flexibilização trabalhista. A inflação baixa foi garantida devido à entrada de capitais especulativos de curto prazo e de uma recessão violenta, que levou a quase 20% de desemprego. Essa situação levou a uma grande insatisfação dos trabalhadores e da classe média, que se levantam contra o governo e, também, a divisões

no interior da burguesia.

O plano do governo e do FMI enfrenta o repúdio dos trabalhadores e a fuga de capitais estrangeiros, que já não têm o que comprar no país, pois as principais empresas do Estado foram vendidas. Estes elementos são os que detonam a crise política do governo e do seu plano.

Menem não convence nem os deputados a votarem os projetos de redução de gastos do Estado. A partir da falta de quórum na sessão na Câmara dos Deputados do dia 12, Menem anunciou que poderá utilizar o recurso do decreto presidencial para aprovar as medidas que se referem à flexibilização trabalhista. A crise é tanta que o presidente argentino declarou que *"não pensa abandonar o cargo até concluir o mandato"*.

Os trabalhadores argentinos protagonizaram no dia 8 de agosto



Popularidade de Menem despencou nos últimos meses

to uma heróica greve geral contra o plano econômico do governo. Depois desta medida, a CTA junto com a Frepaço e a UCR chamaram o "apagón" como forma de protesto contra o governo.

Mas o que está determinando o agravamento da situação do governo é que os trabalhadores argentinos entraram em cena e com isso, modificaram a situação política do país. (E.M. e J.P.)